

O MANIFESTO COMUNISTA HOJE¹

Jayro Gonçalves MELO²

Resumo: O Manifesto Comunista é atual na medida em que consubstancia a resistência à dominação e põe a nu as pretensões neoliberais de fim história

Palavras-chave: Individualismo possessivo; Coisificação; Revolução; Neoliberalismo; Comunismo.

O Manifesto Comunista foi escrito em um contexto histórico favorável à percepção de que o operariado faria a revolução definidora de nova era. Pensava-se que os fatos exauriam o potencial hegemônico da burguesia, na medida em que negavam seu ideário libertário. O discurso liberal expunha-se à crítica reveladora de suas lacunas. Impotente para defender-se perante os eventos que extrapolavam a retórica e se consubstanciavam em ameaça efetiva à consolidação de Estados guardiões do princípio básico que sustentava a idéia de liberdade, ou seja, o de que a propriedade privada dos meios de produção é inerente à própria natureza na medida em que os indivíduos nascem proprietários de si mesmos e a seu arbítrio cabe decidir se querem viver ou morrer, os donos do capital mobilizaram exércitos para preservar seu lugar conquistado a duras penas. De contestadora da nobreza parasitária, a burguesia revelou sua face de exploradora do trabalho alheio.

Hoje, passados cento e cinquenta anos de redigido, aprovado e divulgado na Europa e por todo o mundo nos anos subsequentes, perguntamos para que serve o Manifesto, ante uma humanidade marcada por desigualdades, incertezas e recuos em sociedades que haviam atingido estágio superior em direção à conquista do comunismo. É uma pergunta provocativa e, até mesmo, haurida de idéias neoliberais que gracejam sem viço mas persistentes no cotidiano de todos nós. O mercado ressurgue com toda sua força persuasiva de vitrine iluminada por gás néon, enfeitando-nos e individualizando-nos mais ainda na competição por um lugar em que a fome, o desabrigo e a morte sejam epifenômenos de uma realidade distante, mediada apenas pela televisão e pelo jornal.

Há, no entanto, uma afirmação no Manifesto que impressiona por sua clarividência. É aquela que identifica a burguesia com a classe necessariamente demolidora das tradições, do permanente, do estável, do que acena com um mínimo de segurança para o ser humano em sociedade. Seria ela a encarnação do Mefistófeles de Goete? Seria ela, a burguesia, e, por desdobramento natural, todos seus comparsas, os responsáveis pelas mazelas da humanidade retratadas nos desnutridos de Biafra e nos desvalidos do Nordeste brasileiro dominado por oligarquias empedernidas?

Se deslizarmos para uma postura maniqueísta, não avançaremos além de nosso próprio umbigo. Não nos iludamos com doutrinas e ortodoxias. É necessário interpretar os fatos e agir em função da reconquista da natureza humana e da recusa do

¹ Este artigo foi escrito em 1998 a pedido do *Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes (CEMOSi)*, a cuja direção agradecemos a autorização para que o publicássemos nesta revista.

² Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil

individualismo possessivo (Macpherson, 1979), mas por dentro. Em que o Manifesto contribui, como patrimônio da humanidade, para a consecução de objetivo aparentemente tão distante?

Em primeiro lugar, é um documento que revela as entranhas do sistema econômico em que a sobrevivência do indivíduo depende de sua coisificação. Ao escreverem, Marx e Engels, que o trabalho é alienado pelo capital, fica a sugestão de que a mudança se dá pela resistência e pela revolução. Mas que revolução? Pelas armas? Sim e não. O apelo às armas sempre se fez como resistência ao arbítrio. Assim foi na Revolução Russa, assim foi na Revolução Cubana como, de igual modo, foi na Revolução Francesa, assenhoreada pela burguesia. Em havendo classes sociais, o ideário revolucionário está posto. Em havendo Estado, o poder coercitivo, redutor do homem a explorador e explorado, está posto. Mas onde há possibilidade de revolução que não a da burguesia?

O Manifesto termina com a convocação de todos os proletários do mundo a se unirem. Isso impressiona pela singeleza e, ao mesmo tempo, pela grandiosidade no imaginário revolucionário. Uma classe social que, tomando consciência *de si* enquanto proletária e *para si* enquanto revolucionária, na voz de militantes comunistas, declarava abertamente que só conseguiria libertar-se de seus grilhões pela "derrubada violenta das condições sociais existentes" (Manifesto de 1848, 1967, p. 124). Hoje, a união de todos os trabalhadores, independente de serem operários de fábricas, camponeses e assalariados em geral é algo inimaginável no cotidiano cuja visibilidade remete à separação, individuação, fragmentação e competição. Atentemos, no entanto, para o que acontece na sociedade brasileira em várias frentes. Os MSTs radicalizam ações que, no limite, forcem o Estado a reconstituir-se em novos parâmetros. A pressão que exercem tem feito seus tradicionais produtores (oligarquias, grileiros e quejandos) dividirem-se e vociferarem contra governos e contra ocupações de terras. Os indígenas, discriminados e queimados pelos filhos de burocratas de plantão em Brasília, levantam a voz contra as injustiças do judiciário. Nas universidades, estudantes se inquietam com as desigualdades sociais e se engajam em pesquisas e atividades que têm por objetivo a resistência às oligarquias que procuram maquiagem o discurso da dominação. Esses fatos indicam que a história não chegou a seu fim, mas continua viva e desperta. Fazem lembrar algo que Marx disse, não no Manifesto, mas em "Manuscritos econômicos e filosóficos", que o comunismo, como negação da negação, é "o momento real necessário, na evolução histórica imediata, da emancipação e recuperação humana". Que recuperação humana é essa? É a recuperação da natureza inerente ao próprio homem. Marx referia-se à luta incessante contra a alienação do trabalho, contra a reificação ou coisificação, para usar termos mais recentes. Mesmo considerando os últimos acontecimentos denotadores de fragilidades históricas do sistema socialista em alguns pontos do planeta, movimentos sociais contemporâneos expressam, no limite, resistências e lutas contra a dominação no interior de sociedades de classes. É possível, portanto, entender com mais clareza as palavras de Marx, quando afirmou, no mesmo texto, que "o comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro próximo" (Marx, 1981, p. 156). Posturas neoliberais tentam associar o desmantelamento da União Soviética ao fim do socialismo e do marxismo, engolfando, na sua trama ideológica, o próprio materialismo histórico. A discriminação contra o socialismo é, também, discriminação contra o materialismo dialético.

A dialética dos neoliberais tem como plataforma de observação da história a sociedade de classes, o mercado e o Estado. Estes três componentes conformam o fim da história, para eles. Mas os fatos continuam a negar suas certezas. Onde dizem haver estabilidade há conflitos, onde dizem haver justiça há desigualdades. Mesmo porque o conceito de estabilidade só pode firmar-se no interior de relações instáveis e o conceito de justiça tem guarida no universo cunhado por relações de dominação. Quem administrava a justiça nas sociedades feudais européias era o senhor feudal, quem aplica a justiça na

sociedade de classes sob o manto da democracia é o Estado. Considerando que o comunismo elide o Estado e a sociedade de classes, os conceitos de estabilidade e de justiça seriam desnecessários no universo da igualdade. No universo da natureza, da plenitude humana, não há sentido na afirmação de que todos são iguais perante a lei. Fica sem sentido, também, a idéia de estabilidade.

Esse lugar inexistente, esse objetivo da luta do homem contra sua dominação tem sido o motor da história, motor que nunca pára de funcionar. Desde felás do antigo Egito, escravos de Roma, camponeses espoliados da Europa feudal, escravos de colônias e ex-colônias, assim como proletários do mundo contemporâneo, todos resistiram, de alguma forma, à dominação. Do contrário seria desnecessário o Estado e seu aparato coercitivo.

O Manifesto Comunista é, pois, um documento vivo e atual por ser a visada dos dominados sobre a história, “a história da expropriação que sofreram”, como disse Marx (1968, p. 830), “inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”.

Referências Bibliográficas

- MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. Trad. de Nelson Dantas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MANIFESTO do partido comunista de 1848. In: LASKI, Harold J. *O manifesto do partido comunista de 1848*. Trad. de Regina Lúcia F. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. *Manuscritos: economía y filosofía*. 10. ed. Trad. de Francisco Rubio Llorente, Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- MARX, Karl. *O capital*. Trad. de Reginaldo Sant'Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, v. 2.